

**PEQUENO EXPEDIENTE**  
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Em nome de Deus e da democracia, declaro aberta a presente Sessão.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Peço que o Deputado Paulo Araújo possa fazer a leitura da Ata.

Lembrando que o projeto de lei já está no sistema, os Deputados têm a liberdade de analisar, fazer as emendas, enfim.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 9H50MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (PAULO ARAÚJO) – É o que tinha, Presidente, lida.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Deputado Paulo.

Coloco em discussão a Ata ora lida. Em discussão. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Peço que o Dr. João possa fazer a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (DR. JOÃO) – Senhor Presidente, não há Expediente.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Vamos ao Pequeno Expediente. Primeiro inscrito e único inscrito até o momento, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, muito obrigado.

Cumprimentar a todos os líderes sindicais, servidores, servidoras que se encontram aqui, aos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Vou falar de um assunto, senhor Presidente, que se arrastou durante vários meses, que é a renovação por mais 30 anos da Energisa.

Deputado Faissal fez aqui um brilhante trabalho, dirigiu uma câmara setorial temática superimportante, de forma séria, profissional, apresentou um relatório contundente, mostrando as falhas do grupo Energisa em Mato Grosso, o descumprimento das cláusulas contratuais do Contrato nº 3/1997.

Muitos aqui vão se lembrar agora. Em 1997, quando o Governo do Estado fez a concessão para a iniciativa privada da antiga Cemat, já se passaram 28 anos. Daqui a menos de 2 anos, estarão encerrando os 30 anos de concessão para a iniciativa privada.

Nós realizamos, sob a Presidência do Deputado Max Russi, 10 audiências públicas em Mato Grosso para ouvir a sociedade. Ouvimos agricultores, familiares, comerciantes, donas de casa, industriais, pequeno, médio, grande produtor rural.

A Assembleia esteve em Sapezal, sob a coordenação do Deputado Faissal Calil; em Cáceres, em Pontes e Lacerda, audiências dirigidas pelo colega Valmir Moretto; em Rondonópolis,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

sob a liderança do Deputado Chico Guarnieri; em Várzea Grande, em Cuiabá, em Chapada, em 10 municípios, coletamos os anseios da sociedade mato-grossense, Deputado Diego Guimarães, e apresentamos.

Infelizmente, todo esse trabalho não sensibilizou a Agência Nacional de Energia Elétrica, que, de maneira unânime, deu parecer pela renovação por mais 30 anos da Energisa em Mato Grosso.

E, ontem, estivemos pela última vez no Ministério de Minas e Energia, discutindo com a equipe técnica e saí de lá completamente decepcionado, porque o parecer da Assembleia Legislativa foi por uma nova licitação.

Uma licitação que pudesse trazer um novo grupo, capitalizado, um grupo que respeitasse contrato, mas o que eu senti é que o Ministério, nas próximas horas, vai renovar por mais 30 anos a presença do grupo Energisa em Mato Grosso até 2057.

Quero agradecer a todos os colegas que participaram desse esforço, diferente de Mato Grosso do Sul, onde o Parlamento Estadual não discutiu esse assunto, a Bancada Federal não tratou desse assunto e lá a Energisa conseguiu a renovação sem nenhuma discussão. Aqui nós cravamos todos os pontos, todas as necessidades e as carências. Esse é o primeiro assunto.

E o segundo, senhor Presidente, estive também ontem com o careca do INSS, não este careca que vocês pensam, mas um outro careca, procurador da República, que hoje preside o INSS de forma transparente e séria, levando o reclamo dos pescadores profissionais do Estado, sofridos pelas leis da pesca estadual, que os proibiu de exercerem a sua profissão de pescador profissional, estão proibidos em Mato Grosso.

Infelizmente, o INSS, Deputado Valdir Barranco, Deputado Lúdio, não pagou nenhum mês do seguro-defeso, não pagou outubro, não pagou novembro, não pagou dezembro e está findando janeiro também.

Mas o presidente disse que vai fazer um esforço hercúleo para pagar os 4 meses numa parcela única. O presidente da República, semana passada, sancionou o orçamento da União para 2026, e, assim que essas rubricas financeiras chegarem ao INSS, ele se comprometeu em pagar em parcela única.

É o que eu tinha a dizer, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Parabéns, Deputado Wilson Santos, pelo trabalho, o senhor liderou muito bem essa comissão, vários Deputados aqui estiveram em Brasília, fizeram essa tratativa. Infelizmente, não é possível ganhar todas as lutas, essa era uma luta justa, uma luta que... A Assembleia apenas queria que a energia melhorasse nos municípios.

Há muito município que não consegue receber o investimento porque não tem energia de qualidade. Infelizmente, essa é uma realidade. Mas fizemos uma comissão, fizemos o trabalho, várias audiências públicas, mas o desfecho não foi de sucesso.

Mas a Assembleia não cruzou os braços, fez a sua parte e tentou lutar para que tivesse um avanço nesse sentido.

Próximo inscrito e, depois, não tenho mais nenhum inscrito. Se alguém quiser se inscrever... O próximo inscrito é o Deputado Valdir Barranco.

Deputado Lúdio vai se inscrever também?

O SR. VALDIR BARRANCO – Senhor Presidente, nobres colegas, imprensa, população de Mato Grosso e servidores e servidoras do Estado de Mato Grosso que aqui se encontram nessas galerias reivindicando os seus direitos.

Também, quero aqui respeitosamente, carinhosamente cumprimentar a nossa ex-deputada estadual e ex-senadora da República Serys, que continua na luta ao lado de quem sempre esteve, dos servidores e servidoras. (APLAUSOS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

Em que pese eu tenha muitas proposições para apresentar no dia de hoje, mas vou aproveitar o Pequeno Expediente para abordar aquilo que é o maior interesse desta Sessão de hoje, o direito constitucional da recomposição dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso, da revisão geral anual...

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. VALDIR BARRANCO – ...e dizer para vocês que nós... Eu estava, hoje, olhando os números do Estado de Mato Grosso. Quando Mauro Mendes assumiu o governo e encerra o seu primeiro ano, em 2019, vocês se lembram que o primeiro ato dele na primeira semana foi enviar para esta Assembleia Legislativa um calhamaço de mensagens contra os servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Então, ele já entra, já assume o Governo com uma determinação de odiar para sempre os servidores públicos, de lhes causar prejuízo e de não reconhecer os seus direitos.

Com aquela sua formação de patrão que vem da iniciativa privada para o serviço público, não se vê na condição de servidor público, de funcionário e acha que os servidores públicos são peões dele, empregados dele e que ele tem que pisar na cabeça dos servidores e das servidoras deste Estado.

Não reconhece os servidores públicos do Estado de Mato Grosso como os primeiros parceiros a fazer com que a máquina pública possa funcionar na saúde, na educação, no esporte, no lazer, na cultura, possa funcionar na Secretaria de Fazenda, permitindo com que ele pudesse chegar a esse número astronômico de receita do Estado de Mato Grosso, e com a ajuda da Assembleia Legislativa, que a todo momento aprovou todas as medidas para que ele tivesse uma feroz máquina arrecadatória no Estado de Mato Grosso.

E com isso ele fecha 2019, senhoras e senhores, com 20 bilhões de receita e comemora dizendo: “Agora sim, nós fechamos no azul”. E, no ano de 2025, que acaba de encerrar o exercício, ele fechou com mais de 58 bilhões de receita, ou seja, se nós considerarmos o exercício de 2019 para o exercício de 2025, foi um crescimento de 208% da receita do Estado de Mato Grosso.

Em momento algum, ele fez com que essa receita pudesse incluir os servidores públicos, que são os maiores responsáveis para que ele pudesse ter esse governo que arrecada tanto e que com esse dinheiro pode fazer as obras com as quais ele se gaba tanto de ser um bom governador.

Então, quero finalizar aqui dizendo para vocês, a luta tem que continuar. Quando nós pegamos os países da Europa e principalmente a França, que viveu a Revolução Francesa, em 1789, nós vemos incrustado no DNA, no comportamento dos franceses... Uma situação como a que Mauro faz aqui com os servidores, na França era quebradeira geral.

E o que nós vimos aqui em Mato Grosso foi um comportamento dos servidores... Peço mais um minuto, senhor Presidente.

Foi um comportamento dos servidores de maneira muito educada. Olha, há uma semana, nós estivemos nesta Casa para votar a RGA, o governador Mauro Mendes, de maneira desrespeitosa, nos fez de bobos e fez vocês de trouxa, não enviou para Casa a mensagem com a RGA.

Ele esperou e, de maneira sorrateira, sorrateira, envia a mensagem para cá depois do dia 20 para vocês perderem o direito de estarem inclusos na folha do mês de janeiro.

E agora envia para cá uma mensagem, devendo quase 20% de RGA... Nesse período todo vocês, servidores, não tiveram nenhuma recomposição de salário, nenhuma. E parece que, quando ele fala ou os seus representantes, ele está falando de um grande benefício que ele tem feito.

Ele envia para cá uma mensagem, passado o dia 20, incluindo mais 1%...

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

O SR. VALDIR BARRANCO – ...e ele acha que foi um grande avanço, uma grande conquista. Vocês com 20% e ele manda 5%, ou seja, 1% a mais, sendo que arrecadou 208% a mais nesse período.

Portanto, hoje, como sempre, nós estaremos aqui para votar aquilo que for de interesse da categoria. Mas, os servidores e servidoras que estão em casa, e vocês que estão aqui e que representam... Eu não compreendo como que nesta semana não houve paralisação geral no Estado de Mato Grosso...

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. VALDIR BARRANCO – ...e aqui vai também para o Tribunal de Justiça, que deu uma decisão em favor desse governo, tentando impedir o direito de greve, toda a minha desonra, onde é que já se viu o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso... E não quero falar de todos os desembargadores... Mais um minuto, Presidente.

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. VALDIR BARRANCO – ...não quero falar de todos os desembargadores, porque esse desembargador, que não o conheço, não sei quem é, deu uma decisão monocrática, atendendo a um pedido de um governador covarde, porque é covardia o governador Mauro Mendes ir aos tribunais antes de vocês fazerem greve para conseguir uma cautelar impedindo vocês de fazerem greve.

A greve é direito constitucional dos servidores de reivindicarem os seus direitos. E vocês, mesmo que nós saíamos daqui com uma decisão que lhes aponte para esse 1% apenas, não deixem de reivindicar os seus direitos.

Mantenha-se mobilizados, vão às barras dos tribunais, vão ao Supremo Tribunal Federal, que vocês vão conquistar e enfiar goela abaixo do Mauro Mendes, que a greve é direito dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Próximo inscrito, Deputado Lúdio Cabral. Avallone mandou cumprimentar a deputada Sheila, servidora que está na galeria.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, antes de falar sobre o tema da RGA, quero fazer um registro aqui. Nós temos aqui hoje famílias atípicas, nós temos aqui hoje profissionais da educação especializados no trabalho com crianças com deficiência, com crianças com autismo.

Nós fizemos uma convocação do secretário de Educação ainda em novembro para debater a decisão que o Estado tinha tomado de rescindir o contrato com as Papes, as professoras de apoio pedagógico especializado.

A maioria dos contratos temporários foram renovados e apenas com as Papes os contratos não foram renovados. Cada criança tem uma Pape, ou pelo menos deveria ter uma Pape. E as Papes, que já estavam familiarizadas com os seus alunos, perderiam os seus empregos no dia 18 de dezembro.

Estivemos no Tribunal de Contas do Estado, estivemos na Defensoria Pública, além da audiência de convocação que fizemos aqui, e a Secretaria de Educação afirmou que, no dia 5 de janeiro, iniciaria a chamada dos Papes novamente, para que eles pudessem assumir os seus alunos, as suas crianças.

E isso não aconteceu, como nós já sabíamos que não iria acontecer. Os Papes estão aqui mobilizados, as famílias atípicas mobilizadas.

E quero dizer aqui que, assim que nós retomarmos as Sessões normais a partir de fevereiro, da primeira semana de fevereiro, nós faremos uma nova convocação do secretário de Educação para novamente debatermos essa pauta e buscarmos assegurar o direito das Papes e o direito das famílias atípicas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.

---

Bom, mas agora falando de RGA, quero dizer aqui exatamente o que disse na reunião com os dirigentes sindicais e os Deputados. Primeiro, é importante reconhecer o esforço que os Deputados da Base do governador fizeram, da semana passada até esta, para conseguir um reajuste maior do que os 4,26%.

E o 5,4% que chegam aqui hoje é resultado também desse esforço dos Deputados. Agora, é meu dever dizer que 5,4% está longe daquilo que os servidores de Mato Grosso merecem... (MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. LÚDIO CABRAL – ...mas muito, muito longe.

O meu colega Deputado Barranco me poupa de explicar as razões para isso, porque ele explicou muito bem a situação financeira do Estado, uma arrecadação que cresceu 200%, e uma remuneração dos servidores públicos que, hoje, corresponde a menos 20% do que era 7 anos atrás.

Esse é o retrato matemático do descompromisso do governador do Estado, não apenas com os servidores públicos, mas com a população do nosso Estado, porque os direitos da nossa população são realizados essencialmente a partir do trabalho humano dos servidores públicos na educação pública, na segurança pública, na saúde pública, na assistência social e em todas as áreas onde atua um servidor público. Inclusive, o crescimento da arrecadação é resultado do trabalho humano dos servidores.

E é por isso, porque nós queremos o direito da nossa população realizado, que, desde o primeiro dia dos nossos mandatos aqui, nós fazemos a defesa insistente de todos os servidores públicos, de todos os Poderes, de todas as categorias.

Há uma dívida de 19,52% que precisa ser honrada, que precisa ser reconhecida. E nós estamos sendo muito cuidadosos, muito responsáveis do ponto de vista fiscal quando propusemos este ano um reajuste adicional, além dos 4,26%, de mais 4,92% para que tivéssemos no orçamento deste ano, com o excesso de arrecadação que irá ocorrer, que será da ordem de 10 milhões de reais, 1 bilhão de reais, 10%, destinados a esses 4,92% para que tivéssemos este ano 9,18% de reajuste e começássemos a pagar a nossa dívida histórica.

Reafirmando esse compromisso, nós formalizamos a emenda que propusemos, mesmo sabendo que ela será derrotada já na comissão de mérito, para que haja o reconhecimento deste Parlamento de que 5,4% é insuficiente.

É vitória, viu? É vitória, não é favor de ninguém, não. É vitória, primeiro, da mobilização dos servidores públicos (APLAUSOS), que lotaram este plenário na semana passada, e que foi acolhida, mesmo que parcialmente, pelos 24 Deputados.

Mas fica aqui esse registro oficializado na emenda que nós propusemos e, mesmo derrotados na emenda, nós vamos prosseguir na luta usando as ferramentas que temos no Parlamento.

A Deputada Janaina vai falar depois de mim e vai falar da proposta de emenda constitucional que nós dialogamos, hoje, com os dirigentes dos sindicatos, com a Federação, com todos os sindicatos.

Só mais um minuto, o último minuto, só mais um, só mais um.

Uma proposta de emenda constitucional para que – e essa proposta assinada por todos os Parlamentares desta Legislatura – na Constituição nós façamos o reconhecimento formal da dívida, da dívida dos IPCAs que não foram pagos ao longo dos últimos 8 anos.

É suficiente? Não é, mas é o que a correlação de forças nos permite hoje. E isso tem que servir para que sigamos em frente, caímos, levantamos, mas seguimos lutando sempre em defesa daquilo que consideramos justo, daquilo que consideramos direito.

E aí a defesa que sempre fizemos e continuaremos fazendo ao lado dos servidores públicos, porque defender servidor público é defender os direitos da nossa população. (APLAUSOS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Parabéns, parabéns, Lúdio, pelo seu trabalho. Realmente, Lúdio tem feito um grande mandato em defesa dos nossos servidores públicos.

Próxima inscrita, Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar a Assembleia e os servidores públicos mobilizados aqui durante todo esse processo. Se não fosse a mobilização de vocês, segundo o próprio governador, senadora Serys, era nenhum milímetro a mais.

Graças a vocês e ao trabalho da Assembleia de não flexibilizar, nós teremos mais um ponto, é 1,13%, né? É isso... 1,14% na RGA.

Agora, quero dizer para vocês... O Deputado Lúdio disse aqui e fez uma fala muito explicativa e quero resumir a vocês. Se nós, senadora Serys, colocássemos uma emenda, e nós até tentamos, dentro do projeto da RGA, isso poderia virar uma briga jurídica.

A partir da briga jurídica, nós poderíamos, presidente Carmen, não ter a RGA incrementada nem no mês de janeiro nem no mês de fevereiro.

Para que nós não corrêsemos risco e nós não colocássemos a vida financeira do servidor, que já está extremamente desgastada, em risco, nós estamos, juntos com outros Deputados Estaduais, apresentando uma emenda constitucional, e vou dizer a vocês, garantindo aqui o reconhecimento da dívida com os servidores do Estado de Mato Grosso. (APLAUSOS)

A PEC não precisa de sanção do governador, a PEC tramita na Casa, é aprovada na Casa e é promulgada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. (APLAUSOS)

Na nossa PEC construída, Dr. João, com o seu apoio, do Botelho, do Barranco, do Lúdio, do Paulo e de outros Deputados, está o seguinte... Gostaria rapidamente de ler a vocês, já que não podemos colocar isso na lei da RGA, que vai garantir os 5,4% de aumento, estamos colocando aqui na Constituição do Estado de Mato Grosso:

“Fica reconhecida a existência de débitos referentes aos resíduos da revisão geral anual devidos aos servidores públicos acumulados entre os exercícios de 2017 a 2022.

Os valores no *caput* correspondem à diferença entre a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e os reajustes que foram efetivamente aplicados aos servidores públicos do Estado.

O cronograma de quitação desses resíduos será definido em lei complementar, observando a finalidade, a disponibilidade financeira, os limites de despesa com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E o pagamento previsto neste artigo se refere exclusivamente ao passivo de resíduo de RGA acumulado nos últimos anos, não se confundindo com a revisão geral anual do exercício corrente, previsto no artigo 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.”

Isso é um instrumento para dar segurança aos servidores do Estado. E o nosso trabalho de hoje para garantir essa segurança é exatamente fazer essa proposta como emenda constitucional, para que não haja nenhuma discussão jurídica da RGA que será votada aqui hoje.

Quero dizer a vocês que a mobilização continua, o que o Valdir disse é muito importante. Nós vamos ter que votar essa PEC e ela, para ser aprovada, precisa de duas votações, e a mobilização dos servidores do Estado de Mato Grosso será muito importante para nós garantirmos o reconhecimento dessa dívida.

Então, quero parabenizar a todos vocês e dizer a vocês que longe, longe de comemorar o avanço que tivemos hoje, longe. Agora, quero lembrar a vocês que, em 7 anos do governador Mauro Mendes, nós nunca tínhamos tido nenhum tipo de avanço nas pautas do funcionalismo, essa foi a primeira vez.

E tenho certeza de que isso é mérito da reorganização dos sindicatos, da Federação, da união e da articulação que foram feitas por vocês. Parabéns a vocês.

Muito obrigada. (APLAUSOS)

### ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não temos mais ninguém inscrito no Pequeno Expediente, vamos à Ordem do Dia.

Enquanto o projeto de lei não chega, estão fazendo os ajustes ali com os pareceres, fazer um registro aqui desta conquista importante por parte de toda a Assembleia Legislativa. A Oposição se posicionou muito bem, a Base da mesma forma, então foi uma conquista dos 24 Deputados, que tivemos um primeiro avanço, um avanço importante, avanço significativo, um avanço neste momento, porque muitos acreditavam que não era possível avançar.

E agora nós vamos para as outras batalhas, as outras lutas. Importante a participação dos sindicatos, da Federação, de todos os servidores presentes na Assembleia Legislativa.

Vamos à 1ª votação do PL nº 21/2026 (PROJETO DE LEI Nº 21/2026, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), Mensagem nº 7/2026, que dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, rejeitando as Emendas nº 1 e nº 2.

Em discussão... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – (SEM ÁUDIO) se reflete no chamado superendividamento.

Em 2018, este Parlamento fez uma CPI sobre o endividamento dos servidores, presidida pelo então Deputado Guilherme Maluf, relatada pelo Deputado Allan Kardec. Chegou-se à conclusão de que, em 2018, os servidores já viviam o superendividamento.

Em 2019, não tiveram direito à RGA; em 2020, 2021, por decisão do Governo Federal, os estados e municípios foram impedidos de concederem a RGA.

Então, se em 2018, Deputado Valdir, já havia um superendividamento, isso aprofundou-se ainda mais com o não pagamento de 3 RGAs, que perfazem um total de 19,52%. O que foi feito... E na educação ainda teve a Lei nº 510, que parou de ser paga, que visava dobrar a conquista do poder aquisitivo do profissional da educação.

O que nós estamos votando aqui hoje é uma ninharia de 4,26% para 5,40%, uma ninharia, isso é brincadeira. E falar que é conquista, conquista... Conquista foi quando fui prefeito de Cuiabá e peguei 3 salários integrais atrasados e coloquei em dia em 60 dias. Não foi 3 RGAs, não. O que nós estamos votando aqui é uma RGzinha.

Falar que é conquista... para, para. Tenho 64 anos de idade, quase 40 de vida pública, foi conquista de coisa nenhuma, foi uma tremenda derrota do serviço público.

E eu disse isso ao governador hoje: governador, essa gente está há 7 anos suportando, aguentando, sendo roubadas pelos bancos, roubadas e saqueadas pelas sociedades de crédito. O Estado tem 11 bilhões em caixa, tem dinheiro e o Governo não fez o que fez sozinho, os servidores ajudaram avançar o Governo. Um absurdo. Um absurdo.

Vou votar, Presidente, com as emendas que forem apresentadas aqui, que ampliam essa margem, mas o que a Assembleia fez foi muito pouco... Mais um... Obrigado.

O que nós avançamos foi muito pouco. Os servidores estão há 7 anos nessa situação. Já estavam superendividados, foram roubados nos consignados, estuprados coletivamente.

E agora que o Estado está vivendo, Deputado Valdir, uma boa condição econômico-financeira, nota A na Secretaria do Tesouro Nacional, nota A, com dinheiro em caixa... Daqui a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

pouquinho nós vamos votar, Deputado Beto, as contas do Governo, e vou mostrar aqui que, em 31 de dezembro de 2024, o Governo fechou o ano com 11 bilhões de reais em caixa. Então, tem dinheiro sim, tinha condições de dar uma RGA muito maior.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Continua em discussão. Para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero aqui, primeiramente, parabenizar a Deputada Janaina pela sacada da experiência de apresentar a PEC, que é para que nós possamos, Deputada, continuar, aí sim, no âmbito daquilo que é absolutamente de nossa legitimidade, aprovar sem ter o dedo do governador do Estado e, durante a tramitação, que possamos discutir com os servidores.

Mas ainda na esteira daquilo que falava aqui o Deputado Wilson Santos, quero corroborar no sentido de dizer que, durante todo o governo do Mauro Mendes, foi só paulada nos servidores públicos.

Primeiro, nós tivemos a situação da pandemia e isso os servidores não esquecem. Quando veio a Lei Complementar nº 173/2020, o governador comemorou, imediatamente suspendeu os direitos dos servidores públicos durante 583 dias.

Em que dia da pandemia Mato Grosso deixou de arrecadar? Mato Grosso continua arrecadando e muito. Os únicos que tiveram prejuízos foram os servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Depois, nós tivemos a situação dos consignados. Além de o Governo do Estado não reconhecer o direito dos servidores, roubou os servidores, foram os servidores que são indicados do governador na estrutura administrativa do Estado de Mato Grosso que fizeram uma fraude, um crime nos consignados para se apropriar dos recursos que eram dos consignados dos servidores e que até hoje nós ainda estamos carecendo de respostas.

E espero que alguns desses aí possam ir para a cadeia, porque lugar de bandido, ladrão de dinheiro público é na cadeia.

Depois, nós tivemos a questão dos aposentados e pensionistas taxados em 14%. E aí quero, inclusive, já comunicar aqui que esta semana ingressei com uma representação no Ministério Público do Estado, na Procuradoria-Geral da União e na Advocacia da República para que possa ter ações no sentido de que nós possamos reverter essa situação dos 14% dos aposentados e pensionistas, que estão sofrendo e passando por inúmeras dificuldades.

Portanto, finalizo aqui dizendo, como disse aqui Deputado Wilson Santos, não vamos reconhecer isso como uma benesse do governador do Estado, esse 1% a mais que ele está mandando para cá.

Reconhecemos os esforços da Assembleia Legislativa, dos Deputados da Base, mas nós queremos a integralidade daquilo que é direito dos servidores, por isso contem sempre com esta Casa, contem com o nosso mandato na discussão da PEC.

E finalizo dizendo, o governador não gosta de servidores, se dependesse dele, nós teríamos um estado com robôs apenas. Mas ele tem que reconhecer que, se a máquina funciona, é graças aos servidores.

Paralisem todos os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, entrem em greve para ver onde é que ele vai fazer com que a máquina pública do Estado possa caminhar... Mais um minuto só para encerrar aqui, Presidente.

Se todos os servidores... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Quero conceder mais um minuto para o Deputado Valdir Barranco.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

Quero pedir que todos os Deputados acessem o tablet, porque, após a votação da RGA, nós vamos votar as contas do Tribunal de Contas e do Governo.

O SR. VALDIR BARRANCO – ...se todos os servidores públicos do Estado entrarem em greve, que é direito constitucional de reivindicação de direito, ele não dá conta de tocar o Estado.

Ele não é esse cara das galáxias que ele acha que é, de que o Estado está inflado, está superdesenvolvido graças à capacidade dele. Se o Estado se desenvolve, se a máquina arrecada, é porque, por trás de cada ato do Governo, de cada avanço, há as marcas, as digitais, o suor e o sangue dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Por isso, a luta continua, continuem mobilizados e, independentemente do resultado de hoje, temos que ocupar as ruas e buscar o direito que é dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso e que nós não podemos admitir que passem os cinco dedos no direito dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Continua em discussão.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Presidente, é só para mostrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Para discutir, Deputada Janaina.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA – ...obrigada, Presidente. Obrigada.

É que hoje o Antero me ligou e quero parabenizar o Antero, tem feito um grande trabalho de jornalismo de seriedade, de quem não se vende para o governo. E quero mostrar aqui para Vossa Excelência como é calote mesmo.

O Estado... E está aqui a inflação acumulada de 2017 a 2025, 58,03%. Reajuste concedido ao servidor, 32,22%. Roubando o que é do servidor para construir parque, para roda gigante, para esse tipo de coisa.

Vamos lá, quando nós vamos para o limite de despesa que o Estado poderia se comprometer com funcionalismo... Hoje, a despesa total do Estado com pessoal é 37,78%. Sabe qual que é o limite de alerta? 44,10%; limite prudencial, 46,55%.

Isso é só para mostrar que é falta de vontade, não quer pagar, gosta de dar calote, igual quando deu na empresa dele que tinha antes de virar governador, entrou no Estado com uma RJ de 150 milhões de reais e está saindo com espólio familiar de 3 bilhões de reais.

Quero que ele dê um telecurso para gente de como se faz tanto dinheiro depois de entrar numa recuperação judicial. Então, é conversa fiada de que não tem dinheiro para pagar.

Dinheiro para pagar tem sim e muito, não tem prioridade com essas pautas. Aliás, para fazer o acordo com a Oi, que foi comprado por 80 milhões, foi mais de 300 milhões dos cofres do Estado de Mato Grosso. Mal explicado, cheira mal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado com todos os votos.

Em votação única, Ofício nº 429/2025 (EM DISCUSSÃO ÚNICA), do Tribunal de Contas, encaminha contas anuais do Governo do Estado de Mato Grosso, exercício 2024. O parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária é pela aprovação.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos pegar o tablet para votação, são as contas do Governo, nós temos ainda as contas do Tribunal de Contas do Estado.

Peço que os Deputados Fábio Tardin, Janaina Riva, Juca do Guaraná, Júlio Campos, Lúdio Cabral, Nininho e Wilson Santos possam fazer a sua entrada ao tablet para poder processar a votação.

Deixa-me ver os ausentes ali, fazendo o favor.

Peço que o Deputado Wilson Santos possa entrar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

Preciso que alguém venha ajudar o Deputado Wilson Santos com o tablet ali. Alguém ajude Wilson lá, que está com dificuldade para entrar no tablet.

Deputado Elizeu Nascimento, da mesma forma.

Peço que coloque no painel quem está faltando ainda entrar, só para eu... Deputada Janaina Riva também, por favor, peço que possam... Deputado Fábio Tardin também, gente, dá um apoio aí para poder entrar no tablet.

Deputado Júlio Campos.

Deputado Wilson Santos, entra aí. Não deu certo? Não deu, Wilson? Não deu certo?

(O SR. WILSON SANTOS DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não pode, seu voto vai ser anulado.

O SR. WILSON SANTOS – (SEM ÁUDIO) “...de 2024 informa que o planejamento foi classificado como deficiente, altamente deficiente em 38 ações estratégicas. Diz que houve uma subestimação de receitas para permitir suplementações maciças de 7,92 bilhões”. É o que vai acontecer de novo este ano, o orçamento sempre chega aqui subestimado.

“O planejamento é uma peça meramente formal, a gestão opera na base do improviso orçamentário...”, isso aqui são palavras do Tribunal de Contas, não é do Deputado Wilson, não.

“A renúncia fiscal em 2024 foi de 31% da receita bruta do Estado, 10,65 bilhões em incentivos”. O orçamento, na verdade, aqui virou uma peça de ficção, uma peça de ficção.

Em relação à monocultura, o Tribunal de Contas diz que é uma armadilha do PIB a dependência do agro. “Mato Grosso, em 2024, registrou uma retração de 3,4% no PIB, enquanto o Brasil cresceu. A queda de 12,5% na agropecuária expõe que as finanças estaduais são reféns da volatilidade climática, dos preços de commodity”.

Quer dizer, nós temos que diversificar a nossa produção, é o que está alertando o Tribunal de Contas, a chamada locomotiva precisa de diversificação econômica.

Traz também o relatório do TCE que o equilíbrio fiscal é mantido à custa da precarização do capital humano. Olha que fala importante aqui. O equilíbrio fiscal é mantido à custa da precarização do capital humano.

“Em relação às contrapartidas sociais e à redução das desigualdades, as renúncias fiscais não correspondem...”

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Abre o painel para votação.

O SR. WILSON SANTOS – ...também o Tribunal fala que o Estado renuncia bilhões sem provar retorno social efetivo.

A conclusão, Dr. João, diante das provas técnicas, o veredito ratifica o parecer pela aprovação das contas com ressalvas, mas com a expedição de determinações severas. O Tribunal diz que Mato Grosso hoje é um Estado gigante financeiramente com pés de barro no planejamento estratégico. Socialmente é um Estado desigual e distribui os incentivos também de forma desigual.

São alertas... Vamos votar, sim, pela aprovação das contas. Nós votaremos, mas é importante que o Governo do Estado possa levar em consideração as ressalvas feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Próximo inscrito, Deputado Carlos Avallone.

Abre o painel para votação.

SIM aprova as contas, NÃO rejeita as contas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

O SR. CARLOS AVALLONE – Senhor Presidente, vou aproveitar a fala do Deputado Wilson Santos para ler aqui o nosso relatório da Comissão de Fiscalização sobre as contas do Governo.

Senhora Deputada, senhores Deputados, ao finalizar os trabalhos desta comissão sobre as contas do Governo de 2024, quero destacar que a aprovação com ressalvas que hoje apresentamos não é um gesto meramente formal. Ela vem acompanhada de recomendações claras, responsáveis e necessárias, que expressam o compromisso desta Casa, da Assembleia Legislativa, com o interesse público.

Reconhecemos os avanços, especialmente o bom desempenho da arrecadação e o cumprimento dos limites constitucionais. Mas é nosso dever dizer com transparência que há pontos que exigem correção e decisão política.

É fundamental que o Governo do Estado enfrente de forma direta o déficit previdenciário e o déficit fiscal, porque não existe política pública sustentável sem equilíbrio das contas.

A comissão cobra planejamento responsável e visão de futuro. Também é indispensável qualificar o planejamento orçamentário. O excesso de suplementação não pode se tornar regra. O orçamento precisa ser cada vez mais fiel à realidade e às prioridades da população mato-grossense.

Outro pronto que merece atenção é governança. Precisamos avançar em transparência, controle e eficiência do gasto público. O cidadão precisa saber onde e como o recurso público está sendo aplicado e o Estado precisa entregar resultados. Não podemos aceitar paralização de obras, atrasos como BRT, obra parada. A comissão espera providências concretas e prazos claros.

Da mesma forma, é necessário cuidar melhor da dívida ativa e acompanhar com rigor o cumprimento das metas físicas. Cada real que deixa de ser recuperado é um real que falta em saúde, educação e segurança.

Essas recomendações refletem o papel desta Casa, da Assembleia Legislativa, em reconhecer acertos, mas exigir correções. Aprovar as contas não significa fechar os olhos, significa aprovar com responsabilidade, cobrando melhorias e defendendo o interesse do povo de Mato Grosso.

Essa é a posição da comissão, e é isso que levamos ao Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Está aberto o painel. Quem vota SIM vota favorável às contas, quem vota NÃO vota contrário.

Peço que os Deputados Carlos Avallone, Chico Guarnieri, Eduardo Botelho, Elizeu Nascimento, Fábio Tardin, Gilberto Cattani, Thiago Silva e Wilson Santos possam fazer a votação. (MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Mas não vai votar hoje.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, tenho que me retirar, tenho um compromisso fora. Quero deixar registrado aqui os meus votos nas emendas do Deputado Lúdio e da Deputada Janaina, que o senhor registre, votarei...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Ô, Wilson, tem que ficar na hora da Sessão. Espera aí, cara, espera aí...

O SR. WILSON SANTOS – ...estou na hora da Sessão, era para ter começado às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – ...mas espera aí, cara. Não tem como fazer essa votação antes. Tem que esperar.

O SR. WILSON SANTOS – Não, já estou registrando, Presidente, regimentalmente...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Tudo bem. Já registrou a sua fala antes, mas não tem... Tem que esperar a hora da votação.

Peço que os Deputados, o senhor inclusive, façam a votação... Votou. Fábio Tardin e Nininho.

O SR. WILSON SANTOS – Aqui vota, Excelência, aqui a coisa é séria. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Fábio Tardin, Nininho.

Deputada Janaina, resolveram o seu tablet?

Preciso que resolvam o tablet da Deputada Janaina.

Só vamos aguardar o tablet da Deputada Janaina.

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não vai votar, não vai votar. Acho que você está fazendo muito barulho à toa.

Agora, é prerrogativa do Poder Executivo apresentar qualquer projeto. Apresentou um projeto de lei aqui assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Zuquim; pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Fonseca, pelo governador Mauro Mendes.

A Assembleia tem que receber qualquer projeto que aqui chega. Agora, quanto a votar favorável ou não, isso vai depender da maioria dos Deputados.

Não vai ser votado no dia de hoje, vai ser para as próximas Sessões para frente, nós vamos cumprir o Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado, obrigado, obrigado. Mas nós vamos levar isso ao Ministério Público do Trabalho. Isso é um atentado à liberdade sindical, é covardia.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Janaina, faz a votação.

(A SR.ª JANAINA RIVA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não, mas não está aparecendo. Confirma aí, Janaina. Confirmou?

(A SR.ª JANAINA RIVA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Uai, então espera aí, espera aí então, espera aí, espera aí. Resolve o problema da Janaina ali, fazendo o favor.

(O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Se tiver assinatura de Deputado, tem que votar.

(O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Estou sendo cobrado por vários Deputados para colocar esse projeto em votação. Então, quero só refazer a minha fala aqui, se tiver o número da maioria dos Deputados aqui para a votação do projeto, terei que colocar esse projeto para votar.

Preciso deixar bem claro isso, porque tinha falado que nós não colocaríamos, mas não sou dono da pauta. Se tiver o número de Deputados que quer que vote, nós vamos ter que colocar para votar no dia de hoje, porque os Deputados se sentiram até ofendidos pelas falas que foram proferidas da galeria do plenário.

Então, quero dizer que, se tiver o número...

O SR. LÚDIO CABRAL – Só fazer um registro. Pela Ordem, uma questão regimental.

Nós fomos convocados com 24 horas de antecedência com a pauta definida. A pauta era RGA, contas do Governo, contas do TCE. Não cabe nesta Sessão votação de qualquer outro projeto de lei...

(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.**

---

O SR. LÚDIO CABRAL – ...então é uma questão regimental e constitucional. Não cabe a votação desse projeto na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Lúdio, vou cumprir o Regimento. Se nós tivermos as assinaturas para votar em urgência urgentíssima... Inclusive, quem manda é o Regimento, o Regimento fala isso.

Então, se não tiver... Tudo bem, acho que não vai ter, agora se tiver, vou ter que cumprir como eu cumpriria...

O SR. LÚDIO CABRAL – Pela Ordem mais uma vez. Se houver urgência urgentíssima, você vai convocar uma Sessão para daqui 24 horas. Mas não pode votar hoje, não pode votar.

E, se colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – ...é imediato, pelo Regimento é imediato, pelo Regimento é imediato. Não é o Regimento feito, é o Regimento aprovado...

O SR. LÚDIO CABRAL – ...nós estamos em Sessão Extraordinária, Max.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – ...se tiver a maioria, vou cumprir o Regimento, não quer dizer que tenha.

É que houve uma ofensa aos Deputados e existem Deputados que estão revoltados com isso, e eu entendo a posição do Deputado, porque nós estamos na Assembleia Legislativa trabalhando pelos nossos servidores e houve isso.

Já tinha feito o compromisso de não ter a votação. Infelizmente, vou cumprir o Regimento da Assembleia.

Pode fechar a votação. Fecha a votação.

Com 20 votos SIM e 4 NÃO, as contas foram aprovadas.

Vamos à votação única do Ofício nº 506/2025 (EM DISCUSSÃO ÚNICA), do Tribunal de Contas, que encaminha as contas anuais de gestão estadual do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, exercício 2024. O parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária é pela aprovação.

Essas são as contas do Tribunal de Contas do Estado.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, abra-se o painel para a votação.

Peço que o Deputado Dr. Eugênio, Lúdio Cabral e Wilson Santos possam fazer as votações das contas do Tribunal de Contas.

SIM aprova as contas, NÃO rejeita as contas do TCE.

Peço que o Deputado Wilson Santos possa fazer a votação das contas do Tribunal de Contas do Estado.

Deputado Wilson Santos, mas pode fazer de forma remota, de onde estiver. Dr. Eugênio não está aqui, Cattani não está aqui, e estão os dois votando. Sebastião Rezende não está aqui, está votando.

Está sem internet.

Então, pode fechar a votação.

Com 22 votos SIM e 1 NÃO, as contas foram aprovadas.

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Dou por encerrada a presente Sessão.  
(ENCERRA-SE A SESSÃO.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2026, ÀS 16H48MIN.

---

**(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:** BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, PAULO ARAÚJO E SEBASTIÃO REZENDE; BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: JANAINA RIVA, DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ E THIAGO SILVA; BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO: LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS E JÚLIO CAMPOS; BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA: ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CHICO GUARNIERI E GILBERTO CATTANI; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: DR. EUGÊNIO, MAX RUSSI, FÁBIO TARDIN “FABINHO” E VALMIR MORETTO; BLOCO AVANTE MATO GROSSO: BETO DOIS A UM, NININHO, DIEGO GUIMARÃES E CARLOS AVALLONE.)

Revisada por:

- Célia de Almeida Pestana;
- Solange Aparecida Barros Pereira.

SSL  
Secretaria de Serviços Legislativos



ALMT  
Assembleia Legislativa